

**CENTRAIS ELÉTRICAS ITAPARICA S.A. -
EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022**

CENTRAIS ELÉTRICAS ITAPARICA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em Recuperação Judicial
Caetité - BA

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em Recuperação Judicial (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em Recuperação Judicial**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Plano de Recuperação Judicial (PRJ)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis, a **Renova Energia S.A. - Em Recuperação Judicial** e determinadas controladas protocolaram, em 16 de outubro de 2019, Pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, nessa mesma data. Adicionalmente, em 18 de dezembro de 2020, a **Renova Energia S.A. - Em Recuperação Judicial** e determinadas controladas protocolaram os novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados em Assembleia Geral de Credores e homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial nessa mesma data, com decisão publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, bem como no seu melhor entendimento, a Administração reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial, na data da homologação do plano.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram executadas as seguintes ações previstas nos planos: i) conclusão das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A; ii) conclusão da alienação da UPI Enerbras (Nota Explicativa nº 1.2.1); iii) quitação de empréstimo junto ao BTG; iv) pagamento de credores concursais e extraconcursais e conseqüente redução do endividamento; v) conversão de créditos em ações. A Companhia e suas controladas vêm atendendo ao previsto nos Planos, sendo os eventuais recursos e questionamentos defendidos com êxito pela Administração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 29 de maio de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - BA

Antomar de Oliveira Rios

Antomar de Oliveira Rios
Contador CRC 1 BA 017715/O-5

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa		16	1	Fornecedores	5	167	2.714
Despesas antecipadas		1	83	Tributos a recolher		-	37
Outros créditos	4	-	27.253	Arrendamentos a pagar	3.1	-	4
Total dos ativos circulantes		<u>17</u>	<u>27.337</u>	Partes relacionadas	6	273	601
				Outras contas a pagar	7	-	16
				Total dos passivos circulantes		<u>440</u>	<u>3.372</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Depósitos Judiciais		5	36	Fornecedores	5	1.952	3.969
Imobilizado	3	24.344	2.114	Arrendamentos a pagar	3.1	-	1.092
Total dos ativos não circulantes		<u>24.349</u>	<u>2.150</u>	Outras contas a pagar	7	1.190	3.220
				Total dos passivos não circulantes		<u>3.142</u>	<u>8.281</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8		
				Capital social		47.652	153.156
				Recursos para futuro aumento de capital		356	633
				Prejuízos acumulados		(27.224)	(135.955)
				Total do patrimônio líquido		<u>20.784</u>	<u>17.834</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>24.366</u>	<u>29.487</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>24.366</u>	<u>29.487</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
DESPESAS			
Gerais e administrativas		(926)	(767)
Amortização		(38)	(36)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	3	110.212	-
Outras despesas		<u>(381)</u>	<u>(377)</u>
Total	9	108.867	(1.180)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		1	2
Despesas financeiras		<u>(137)</u>	<u>(1.293)</u>
Total	10	(136)	(1.291)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>108.731</u>	<u>(2.471)</u>
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (expressos em - R\$)	8.4	0,733	(0,017)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTE
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	108.731	(2.471)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>108.731</u>	<u>(2.471)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Recursos para futuro aumento de capital</u>	<u>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		130.235	-	(133.484)	(3.249)
Aumento de capital		21.982	-	-	21.982
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-
Recursos para futuro aumento de capital		-	1.572	-	1.572
Capitalização dos recursos para futuro aumento de capital		939	(939)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(2.471)	(2.471)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>153.156</u>	<u>633</u>	<u>(135.955)</u>	<u>17.834</u>
Aumento de capital	8.2	1.492	-	-	1.492
Capitalização dos recursos para futuro aumento de capital	8.2 e 8.3	4.261	(4.261)	-	-
Redução de capital - Cisão	8.2	(111.257)	-	-	(111.257)
Recursos para futuro aumento de capital	8.3	-	3.984	-	3.984
Lucro líquido do exercício		-	-	108.731	108.731
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	8	<u>47.652</u>	<u>356</u>	<u>(27.224)</u>	<u>20.784</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		108.731	(2.471)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:			
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	3	(110.212)	-
Amortização	3.1	38	36
Juros sobre passivo de arrendamento	3.1	32	-
Juros sobre fornecedores e tributos a recolher		93	1.120
 (Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Tributos a recuperar		-	89
Despesas antecipadas		82	60
Depósitos Judiciais		(58)	(20)
 Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(2.077)	257
Tributos a recolher		(37)	(185)
Outras contas a pagar		(968)	(461)
 Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(4.376)</u>	<u>(1.575)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	3	(730)	(939)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(730)</u>	<u>(939)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recursos para futuro aumento de capital	8.3	3.984	1.572
Partes relacionadas	6	1.268	1.074
Pagamento de passivos de arrendamento	3.2	(131)	(131)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>5.121</u>	<u>2.515</u>
 AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>15</u>	<u>1</u>
 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		16	1
 AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>15</u>	<u>1</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Elétricas Itaparica S.A. – em recuperação judicial (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado controlada diretamente pela Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Energia”). A Companhia foi constituída em 30 de abril de 2010 e tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica por fontes eólica e solar fotovoltaica, localizado no Estado da Bahia.

Em 20 de outubro de 2022 a Companhia retomou a obra para conclusão construção do seu parque solar, com conclusão prevista para ocorrer no terceiro trimestre de 2023, com capacidade instalada de 4,8 MWp. destinado a geração distribuída

1.1. Reorganização societária

Com o objetivo de reduzir a necessidade de investimentos no médio prazo bem como mitigar os riscos financeiros e regulatórios decorrentes do atraso na entrega dos parques eólicos, e ainda otimizar o portfólio de contratos, a Renova Energia definiu um plano que inclui priorizar a operação comercial de sua controlada que comercializou energia no Leilão de Energia de Reserva de 2014 (“LER 2014”).

Assim, em 2018 a Renova Energia solicitou (i) revogação da autorização da Companhia para implantar e explorar os parques eólicos Saboeiro e Jurema Preta e (ii) transferência da autorização e conseqüentemente, dos contratos de fornecimento dos parques eólicos Mulungu e Quina, que comercializaram energia no LER 2014, da sua controlada Centrais Eólicas Itapuã VII S.A – em recuperação judicial (“Itapuã VII”) para a Companhia.

Em razão do arquivamento da referida solicitação de transferência, a administração da Companhia decidiu por realizar operação de cisão para retornar os ativos relacionados aos parques eólicos Mulungu e Quina para a parte relacionada Itapuã VII restando na Companhia o Projeto Solar.

Apresentamos a seguir os saldos cindidos:

ATIVO	<u>31/10/2022</u>	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>31/10/2022</u>
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Outros créditos	27.253	Fornecedores	65
		Partes relacionadas	104
		Total dos passivos circulantes	<u>169</u>
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
Depósitos judiciais	89	Fornecedores	2.551
Imobilizado		Outras contas a pagar	1.078
Parque Mulungu	48.729	Total dos passivos não circulantes	<u>3.629</u>
Parque Quina	<u>38.984</u>		
Total dos ativos não circulantes	<u>87.802</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Capital social	111.257
TOTAL DOS ATIVOS	<u><u>115.055</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u><u>115.055</u></u>

1.2. Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a controladora Renova Energia e determinadas controladas, incluindo a Companhia, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a controladora Renova Energia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a controladora Renova Energia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, o que inclui a Companhia, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação do pelo Juízo.

Os passivos da Companhia negociados no âmbito da recuperação judicial estão centralizados na classe III e IV conforme apresentado a seguir:

Classes	Saldo em 31/12/2021	Créditos habilitados/ impugnados	Pagamentos realizados	Juros	Parcela cindida	Saldo em 31/12/2022
Classe I - credores trabalhistas	2	-	(3)	1	-	-
Classe III - credores quirografários	9.259	-	(2.853)	136	(3.235)	3.307
Classe IV - credores quirografários	498	55	(218)	9	(344)	-
Total	9.759	55	(3.074)	146	(3.579)	3.307

Classes	Saldo em 31/12/2020	Créditos habilitados/ impugnados	Pagamentos realizados	Créditos convertidos em ação da Controladora	Juros	Saldo em 31/12/2021
Classe I - credores trabalhistas	-	2	-	-	-	2
Classe III - credores quirografários	17.192	197	(570)	(7.660)	100	9.259
Classe IV - credores quirografários	617	(93)	(50)	-	24	498
Total	17.809	106	(620)	(7.660)	124	9.759

A Classe I contempla os credores trabalhistas cujos pagamentos ocorrerão da seguinte forma:

- Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários-mínimos com prazo de pagamento de 30 dias após a homologação do plano (pagamentos efetivados).
- Valor adicional de até R\$10 para cada credor trabalhista limitado ao valor do respectivo crédito em até 60 dias da data de homologação do plano (pagamentos efetivados).

- c) O pagamento do saldo remanescente será realizado por meio de uma das duas opções abaixo:
- i) Opção A: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 12 meses reajustado por taxa equivalente a 0,5% ao ano acrescida da variação da TR.
 - ii) Opção B: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 18 meses após um período de carência de 6 meses da data de homologação, reajustado pelo equivalente a 120% da variação do CDI.

Os credores trabalhistas terão 120 dias da data da publicação do plano para escolha da forma de pagamento, caso contrário, serão automaticamente enquadrados na opção A.

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- a) Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros.
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c) Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- d) O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 9	2,5%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 11	5,0%	5,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 12	5,0%	5,0%
Ano 7	2,5%	2,5%	Ano 13	5,0%	5,0%
Ano 8	2,5%	2,5%	Ano 14	10,0%	12,5%

Os credores classificados como seguradoras parceiras receberão o pagamento integral dos seus créditos concursais, conforme indicado na lista de credores, em moeda corrente nacional creditada na conta bancária de sua titularidade informada nos autos da recuperação judicial, em até 3 anos da data de renovação da respectiva apólice de seguro ou assinatura de nova apólice de seguro.

A Classe IV é composta por credores microempresas e empresas de pequeno porte que receberão o pagamento inicial no montante de até R\$ 20 por credor, em parcela única e limitado ao seu crédito, em até 90 dias a contar da data da publicação. O saldo remanescente será pago em até 12 meses com a correção de 100% do CDI.

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com o Plano de recuperação judicial propriamente dito.

1.3. Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$108.731 (2021, prejuízo de R\$2.471), possui prejuízos acumulados de R\$27.224 (2021, R\$135.955) e capital circulante negativo.

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 deve-se, principalmente a reversão da provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado relacionado aos parques eólicos Quina e Mulungu cindidos para a parte relacionada Itapuã VII, no montante de R\$110.212

Em dezembro de 2022, a Administração do Grupo Renova Energia concluiu as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, um dos 10 maiores complexos eólicos da América Latina. Com todos os parques em operação comercial, o Grupo Renova terá os recursos necessários para honrar com seus compromissos.

A recuperação judicial faz parte da reestruturação do Grupo Renova e tem por objetivo recuperar a saúde financeira do Grupo Renova, bem como preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.4. Reversão da provisão para redução ao valor recuperável de ativos

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo Renova revisou as premissas utilizadas para calcular o valor recuperável do ativo imobilizado relacionado ao Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, do qual a companhia faz parte. Essa revisão foi motivada, principalmente, pelo fato de que todos os parques eólicos foram concluídos e entraram em operação comercial ao longo do ano de 2022, acompanhado do cumprimento de todos os marcos previstos no plano de recuperação judicial do Grupo Renova. Isso representou para o Grupo Renova um passo significativo para geração de recursos provenientes da venda de energia, o que permitiu promover as atualizações das projeções financeiras com maior segurança.

Embora nos estudos realizados para o exercício findo de 31 de dezembro de 2021 já houvesse indicativo de reversão da provisão até então constituída, a Administração da Companhia optou por não a realizar, dado que não existia uma certeza que permitisse atualizar as projeções de caixa, uma vez que as obras ainda não estavam concluídas. Com a entrada em operação comercial dos projetos, a empresa pôde realizar a reversão.

Para calcular o valor recuperável dos ativos imobilizados, a Companhia utilizou o método do valor em uso, que consiste na metodologia do valor presente dos fluxos de caixa dos projetos considerando uma taxa de desconto nominal (calculada pela metodologia WACC). Como resultado, a revisão das premissas permitiu a reversão do montante de R\$819.755, conforme demonstrado no quadro a seguir.

<u>Parques</u>	<u>Reversão Impairment</u>
LER 2013	383.526
LER 2014	143.293
Mercado Livre	292.936
Total	<u>819.755</u>

Essa reversão impactou positivamente o resultado de 2022 da Companhia em R\$110.212.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foram aprovadas pela Administração em 26 de maio de 2023.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia classifica nessa categoria o caixa e equivalentes de caixa.

b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores (nota 5); e
- Transações com partes relacionadas (nota 6).

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

2.3.2. Ativo imobilizado

2.3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.3.2.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

2.3.2.3 Provisão para desmantelamento

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos, para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos. A Companhia adota como prática contábil a contabilização dessa provisão quando da entrada em operação comercial dos parques eólicos.

2.3.3. Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. O principal julgamento, estimativa e premissa utilizados para a elaboração dessas demonstrações financeiras está listado a seguir:

2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Caso as condições precedentes que originaram a perda por redução recuperável sejam superadas a reversão é reconhecida no resultado do exercício.

3. IMOBILIZADO

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Cessão do Crédito (Nota 4)	Reclassificações entre rubricas(*)	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reclassificações entre rubricas(*)	Redução de capital Cisão	Saldo em 31/12/2022
Imobilizado em curso									
Terrenos	550	-	-	-	550	-	(550)	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.536	188	-	-	9.724	-	(9.724)	-	-
Torres de medição	177	-	-	-	177	-	(159)	-	18
A ratear	16.047	751	-	(216)	16.582	513	(15.325)	-	1.770
Aerogeradores	103.380	-	(27.253)	(610)	75.517	-	(54.290)	-	21.227
Equipamentos de subestação	8.929	-	-	(152)	8.777	217	(7.665)	-	1.329
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(110.212)	-	-	-	(110.212)	110.212	-	-	-
Total do imobilizado em curso	28.407	939	(27.253)	(978)	1.115	110.942	(87.713)	-	24.344
Imobilizado em serviço									
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	9.725	(9.725)	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	77.988	(77.988)	-
Total do imobilizado em serviço	-	-	-	-	-	-	87.714	(87.713)	-
Direito de uso									
Geração									
Contratos de arrendamento	1.055	47	-	-	1.102	138	-	(1.240)	-
(-) Amortização contratos de arrendamento	(67)	(36)	-	-	(103)	(38)	-	141	-
Total direito de uso	988	20	-	-	999	100	-	(1.099)	-
Total do imobilizado	29.395	959	(27.253)	(978)	2.114	111.042	-	(88.812)	24.344

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no exercício. Em 31 de dezembro de 2021 após novas considerações com determinados fornecedores a Companhia reclassificou o montante de R\$610 para o resultado financeiro.

O saldo do imobilizado refere-se basicamente aos gastos relacionados a construção do parque solar.

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia procedeu a revisão de todas as premissas utilizadas para calcular o valor recuperável do ativo imobilizado do Grupo Renova, tendo em vista que todos entraram em operação comercial ao longo de 2022 e utilizando o método do valor em uso dos ativos, calculou o valor presente dos fluxos de caixas do projetos considerando uma taxa de desconto nominal calculada pela metodologia wacc, e reverteu o montante de R\$110.212 afetando positivamente o resultado de 2022 (Nota 1.4).

3.1 Direito de uso – Arrendamentos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia identificou 21 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06. Esses contratos foram cedidos a parte relacionada Itapuã VII junto com demais ativos relacionados aos parques eólicos Mulungu e Quina (nota 1.1).

4. OUTROS CRÉDITOS

Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia cedeu os créditos detidos contra o fornecedor GE Energia Renováveis LTDA para a controladora Renova Energia com o objetivo de regularizar o contrato para fornecimento de aerogeradores e operação e manutenção de aerogeradores para os parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, cuja quitação se deu em 18 de agosto de 2017. Esses créditos foram cedidos a parte relacionada Itapuã VII.

5. FORNECEDORES

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores	2	510
Fornecedores recuperação judicial	<u>2.117</u>	<u>6.173</u>
Total	<u><u>2.119</u></u>	<u><u>6.683</u></u>
Circulante	167	2.714
Não circulante	<u>1.952</u>	<u>3.969</u>
Total	<u><u>2.119</u></u>	<u><u>6.683</u></u>

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.2, totaliza R\$2.117, Classe III.

6. PARTES RELACIONADAS

	<u>Passivo</u>		<u>Resultado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Renova Energia S.A.</u>				
Rateio de despesa	273	601	1.268	1.074

Rateio de despesa - refere-se a reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela controladora Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas, essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na controladora Renova Energia, e é rateada entre as controladas do grupo, conforme exposto no item (a) acima.

7. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante	-	16
Não circulante	1.190	3.220
Total	<u>1.190</u>	<u>3.236</u>

Refere-se ao valor devido a Junto Seguros pelo pagamento de indenizações securitárias vinculadas às apólices de seguro-garantia em favor na ANEEL, pelo cancelamento das outorgas, dos parques Jurema Preta e Saboeiro do Complexo Eólico AS III Fase A. Esse saldo será pago no âmbito do plano de recuperação judicial.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$47.652 (R\$153.156, 2021) e está representado por 47.651.969 (153.156.359, 2021) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

8.2 Aumento de capital

Em 14 de dezembro de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) aprovou as seguintes movimentações de capital:

1. aporte no valor de R\$5.753, mediante a emissão de 5.752.364 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas com a capitalização de (i) adiantamentos para futuro aumento de capital, no valor de R\$4.261 e (ii) créditos detidos pela acionista Diamantina contra a Companhia em razão de rateio de despesas, no valor de R\$1.492.
2. cisão parcial e posterior redução do capital da Companhia no montante de 87.713, mediante cancelamento de 87.713.046 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas de titularidade da Renova Energia com a entrega do acervo cindido conforme mencionado na nota explicativa 1.1.

Ademais, em 24 de fevereiro de 2023, a AGE aprovou a rerratificação do laudo de avaliação alterando o valor da cisão parcial para R\$111.257, com cancelamento de 111.256.753 (Nota 15.1).

8.3 Recursos para futuro aumento de capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a controladora Renova Energia aportou o montante de R\$3.984 (R\$1.572, em 2021), capitalizou R\$4.261 e o saldo restante, R\$356, será capitalizado até 31 de dezembro de 2023.

8.4 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	108.731	(2.471)
Prejuízo básico e diluído por ação:		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	<u>148.242</u>	<u>145.925</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	<u><u>0,733</u></u>	<u><u>(0,017)</u></u>

9. DESPESAS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Gerais e administrativas</u>		
Pessoal e administradores	553	273
Serviços de terceiros	241	410
Telefonia e TI	78	41
Impostos e taxas	18	35
Seguros	16	(4)
Contingências cíveis e trabalhistas ¹	(16)	-
Outras	36	12
	<u>926</u>	<u>767</u>
Amortização (nota 3)	38	36
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado (nota 3)	(110.212)	-
<u>Outras despesas</u>		
Tust - Tarifa de uso do sistema de transmissão	403	323
Provisão para perda a valor recuperável de crédito de pis/cofins ²	-	121
Outras	(22)	(67)
	<u>381</u>	<u>377</u>
Total	<u><u>(108.867)</u></u>	<u><u>1.180</u></u>

Nota 1: Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia revisou a provisão anteriormente constituída para fazer face aos riscos cíveis relacionados a ação cível ajuizada por terceiros em razão de inadimplemento das obrigações contratuais, ajustando os saldos devidos ao plano de recuperação judicial, e transferindo-o para a rubrica de outras contas a pagar.

Nota 2: A Administração da Companhia avaliou os créditos de PIS e COFINS a recuperar acumulados originários das despesas de TUST e identificou a necessidade de constituir uma provisão para redução ao valor realizável desses créditos no montante de R\$ 21 para os créditos de PIS e R\$ 100 para os créditos da COFINS com contrapartida ao resultado do exercício, considerando a incerteza na sua realização nos próximos anos, visto que a Companhia passou a adotar o regime tributário da Cumulatividade para apuração dessas contribuições (atrelado a adoção do regime de tributação do Lucro Presumido) em consonância com a entrada em operação comercial no exercício de 2022.

10. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas financeiras		
Outras receitas financeiras	1	2
Despesas financeiras		
Juros sobre fornecedores e impostos	(93)	(1.120)
Juros sobre obrigação de arrendamento	(32)	(160)
Despesas bancárias	<u>(12)</u>	<u>(13)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(137)</u>	<u>(1.293)</u>
Total do resultado financeiro	<u><u>(136)</u></u>	<u><u>(1.291)</u></u>

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e possui saldos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir sobre os quais não foram constituídos impostos diferidos:

	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo fiscal do exercício	(2.318)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	<u>(16.178)</u>
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u><u>(18.496)</u></u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia optou pelo regime tributário de lucro presumido, não constituindo novos valores de prejuízo fiscal.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	16	1	16	1
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	167	2.714	167	2.714
Partes relacionadas	273	601	273	601
Não circulante				
Fornecedores	1.952	3.969	1.952	3.969

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Custo amortizado	
	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	16	1
Passivos Financeiros		
Circulante		
Fornecedores	167	2.714
Partes relacionadas	273	601
Não circulante		
Fornecedores	1.952	3.969

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Os planos de recuperação judicial do Grupo Renova permitiram alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos, conforme apresentado na Nota 1.2. Assim a Administração entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida Nota e a entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III que ocorreu ao longo do exercício de exercício de 2022, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

13. COBERTURA DE SEGUROS

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros da Companhia:

Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Responsabilidade Civil - Geral	R\$ 50.000	26/11/2022	30/11/2023

14. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Direito de uso - Arrendamento	3	138	47
Redução imobilizado x outros créditos	3 e 4	-	(27.253)
Conciliação imobilizado x fornecedor	3	-	(368)
Capitalização de recursos para futuro aumento de capital	8.2	4.261	12.887
Aumento de capital com rateio de despesa	8.2	1.492	900
Capitalização de créditos de terceiros		-	8.196

15. EVENTOS SUBSEQUENTES

15.1 Alteração do capital social

Em 24 de fevereiro de 2023, a AGE aprovou:

- i. a rerratificação do laudo de avaliação alterando o valor da cisão parcial para R\$111.257, com cancelamento de 111.256.753, passando o capital social da Companhia para R\$47.652.
- ii. o aumento do capital social da Companhia para R\$48.384, mediante a emissão de 732.056 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
- iii. a redução do capital social da Companhia para absorção do prejuízo acumulado no montante de R\$27.224.

Em razão das deliberações acima o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional passa a ser de R\$21.161 dividido em 48.384.027ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

15.2 Decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o STF julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva “coisa julgada” a favor dos contribuintes perdem seus efeitos se, depois, o STF tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade se, e quando, o STF entender em sentido contrário.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes concluiu que a decisão não resulta em impactos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

* * *

Daniel Gallo
Diretor

Vitor Hugo Alexandrino da Silva
Diretor financeiro e de Relação com investidores

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA
